

BOLETIM LGBT

Edição nº 10 • JUNHO/2019

COLETIVO

"PROF. FERNANDO SCHUELLER"

APEOESP
SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUT**



Editorial

Professora Maria Izabel
Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP

“Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever.” A frase que o Patrono da Educação Paulo Freire eternizou, em “Pedagogia da Autonomia”, sintetiza a luta histórica da APEOESP na defesa da comunidade LGBT e é mais atual do que nunca, em 2019, quando políticos de extrema-direita passaram a incentivar a violência, através de leis, discursos e uma total indiferença aos ataques contra os grupos mais vulneráveis, como também são os negros, as mulheres e os indígenas.

Mas o STF deu uma resposta no dia 13 de junho, aprovando a criminalização da homofobia. E há também outros motivos para celebrar. O Boletim LGBT chega a sua 10ª edição, como uma publicação pioneira em abordar o tema, de forma transversal, para professores e estudantes. O Sindicato também estará na Avenida Paulista nos protestos e comemorações referentes aos 50 anos da Revolta de Stonewall, que serão tema da 23ª Parada do Orgulho LGBT.

A violência e a indiferença com os crimes contra os homossexuais, que provocaram a Revolta de 1969 em Nova York, tornaram-se tristemente banais 50 anos depois, no Brasil. O crescimento da intolerância contra a diversidade sexual é alarmante; do bullying na sala de aula, às ofensas parlamentares até ataques e agressões nas ruas.

Nesta 10ª edição do seu Boletim, a APEOESP aborda estas questões, mas também tem o orgulho de trazer boas notícias como os projetos de lei que encaminhei, já nos primeiros meses de mandato na Assembleia Legislativa, para garantir o respeito à cidadania da população trans.

Outra pauta muito educativa pode ser observada em várias letras e clipes de nossa MPB que também se coloca na luta contra a homofobia e é destaque nesta publicação, dedicada à diversidade. Boa leitura!

Homofobia agora tem solução: **é crime**

**HOMOFOBIA
TEM CURA:
EDUCAÇÃO E
CRIMINALIZAÇÃO**

“A preservação da integridade física e moral das pessoas não deve esperar”. “Quem é atacado e discriminado tem pressa”. Com estas constatações óbvias, a maioria do Supremo Tribunal Federal decidiu, no dia 13 de junho, que atos de homofobia e transfobia serão considerados crime no Brasil e terão o mesmo tratamento que o racismo, com penas de até cinco anos de prisão, até que o Congresso decida sobre o assunto.

No dia seguinte à decisão da Suprema Corte,

Bolsonaro, que no passado já se autodeclarou um “homofóbico orgulhoso”, criticou o STF, com uma série de explicações equivocadas, que vão da luta de classes ao mercado de trabalho, mas sem mencionar o direito à vida da população LGBT.

A criminalização da homofobia pelo Supremo é uma resposta à omissão do Parlamento, que evitou legislar sobre o tema durante 30 anos. Os projetos de lei que tratavam da questão foram bloqueados pela bancada religiosa e outros setores conservadores.

Site da APEOESP traz **pesquisas acadêmicas** sobre o tema

A seção Teses e Dissertações do site da APEOESP destaca dois trabalhos relevantes para o debate de questões de gênero e sexualidade na Educação. A historiadora Mariana Carvalho Teixeira entrevistou associados/as ao Sindicato para sua pesquisa de mestrado, em andamento na Faculdade de Educação da USP.

Uma das questões do trabalho, dedicado ao tema “Identidades docentes e homossexualidades”, é o Coletivo LGBT Prof. Fernando Schueller, criado pela APEOESP em 2010, durante o I Encontro LGBT realizado para debater temas como a garantia de direitos sexuais e a luta contra a homofobia.

O Sindicato sempre defendeu a abordagem interdisciplinar de temas relacionados à saúde, sexualidade e combate a toda e qualquer forma de preconceito e violência.

Outra resenha da seção enfoca a pesquisa “Educação e Sexualidade nas Escolas de Ensino Fundamental I”. Em parceria com a CNTE, o pesquisador Marcos Ribeiro abriu uma consulta virtual sobre a questão com professores do 1º ao 5º ano.

O levantamento vai mapear conteúdos, metodologias e entraves enfrentados pelos



professores destas séries na abordagem da temática nas escolas das redes públicas estadual e municipal. A partir dos resultados do levantamento, o pesquisador do Centro Universitário

Unicarioca (RJ) pretende escrever um livro, em parceria com a CNTE.

Acesse Teses e Dissertações: <http://www.apeo-esp.org.br/teses-e-dissertacoes/>

ÍNDICE:

50 anos de Stonewall
página 2

No lugar de Saúde e Educação, apologia à morte
página 3

Pablo e Luiz, na luta contra homofobia
página 3

PLs: Cidadania e inclusão
página 4

Devassos no Paraíso
página 4

Caetano Veloso e Daniela Mercury
página 4

50 anos de Stonewall

Nossas conquistas, nosso orgulho de ser LGBT

No mesmo ano em que o Brasil assiste a uma legitimação do discurso homofóbico, através de declarações presidenciais e até censura, o mundo celebra os 50 anos da Revolta de Stonewall. O Boletim LGBT da APEOESP publica aqui, como sugestão de aula, o Manifesto preparado pelos organizadores da 23ª Parada do Orgulho LGBT, para contar a história de Stonewall e fazer uma retrospectiva do movimento, no Brasil e no mundo:

Al longo da história, a humanidade aprendeu que as conquistas e os progressos são acompanhados por derrotas e retrocessos. Foi assim que movimentos por liberdade nasceram, guerras surgiram e direitos foram estabelecidos. Neste ano, comemoramos os 50 anos da Revolta de Stonewall, um exemplo de que vitórias podem surgir a partir do sofrimento e da repressão. Na madrugada de 28 de junho de 1969, um grupo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) frequentadoras de um bar, o **Stonewall Inn, em Nova York**, nos Estados Unidos, resolveram, após uma batida policial, dar um basta às agressões, preconceitos, humilhações e perseguições que sofriam. Foram três dias de resistência e enfrentamento com a polícia. Naquela época, ter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo era ilegal em todos os estados americanos.

A revolta tornou-se o marco de uma série de protestos e reivindicações por direitos LGBT, que se espalharam pelo país e influenciaram outros movimentos LGBT pelo mundo. Um ano depois, em 28 de junho de 1970, em Nova York, foi realizada a **primeira Parada do Orgulho**, em celebração à Revolta de Stonewall. Cerca de 10 mil pessoas participaram daquela marcha. No ano seguinte, Londres também faria sua primeira Parada, seguida por outras cidades pelo mundo, sucessivamente, até os dias de hoje.

Aqui no Brasil, parte desses 50 anos de história pode ser contada pelas páginas do **Lampião da Esquina, o primeiro jornal homossexual do país**, que circulou entre 1978 e 1981. A publicação marca o início do movimento brasileiro que, poucos meses depois de lançado, funda o grupo Somos - Grupo de Afirmação Homossexual. O periódico discutia, de forma bem humorada, temas relacionados à homossexualidade masculina, mas também política, feminismo, questões raciais e outras minorias, indo na contramão da esquerda de então, que enxergava a causa homossexual como algo menor, sem importância.

O jornal denunciava abusos cometidos pela ditadura militar contra LGBT, como o caso do jornalista Celso Curi, autor da primeira coluna gay do jornalismo brasileiro, intitulada **"Coluna do Meio", que circulou no jornal carioca Última Hora** entre 1976 e 1978. Curi foi processado e demitido acusado de "ofender a moral e os bons costumes". Outros destaques do Lampião foram as prisões arbitrárias de lésbicas



A Google lançou um 'doodle' em celebração à Revolução de Stonewall, que permite que os internautas naveguem em uma onda colorida e cheia de histórias sobre o movimento.

em 1980, em São Paulo, apelidada de "Operação Sapatão", comandada pelo delegado José Wilson Richetti, considerado o terror das travestis. Richetti deflagrou, em maio de 1980, a "Operação Limpeza", com o propósito de prender homossexuais, travestis e prostitutas no centro da capital paulista. Mais de 1.500 pessoas foram detidas. Naquele mesmo ano, cerca de mil gays, lésbicas, travestis e prostitutas saíram da frente do Teatro Municipal de São Paulo e marcharam pelas ruas do centro contra a violência policial, sob a palavra de ordem: **"abaixo a repressão, mais amor e mais tesão"**.

Outros pedaços dessa narrativa histórica estão nas letras de canções que desafiaram a censura e cantaram o amor entre iguais, como fez o cantor Odair José, em 1978, com a música "Forma de Sentir". Essa memória também está espalhada nas trajetórias de artistas LGBT que contrariaram os padrões de comportamento de uma sociedade, ainda mais conservadora que a atual, como faziam o **cantor Ney Matogrosso com seu figurino andrógino** e trejeitos femininos, e a **cantora Angela RoRo** com suas letras e falas polêmicas, muito antes de existir o youtube, as redes sociais e seus influenciadores.

Se hoje temos artistas que ganham seu espaço sem renegar publicamente suas identidades de gênero e orientações sexuais, cantando o seu empoderamento e orgulho de serem quem são, como **Pablo Vittar, Gloria Groove, Jhonny Hooker, Liniker, Linn da Quebrada**, entre

tantos outros exemplos, é porque outras pessoas abriram caminhos. Mesmo não levantando a bandeira da causa LGBT+, elas endereçaram às massas questões consideradas tabus. Assim foi com a **modelo Roberta Close, mulher intersexo**, considerada ícone de feminilidade dos anos 1980, que posou nua na revista Playboy em 1984.

Aquele era um período conturbado. No ano anterior, em 19 de agosto de 1983, as lésbicas que frequentavam o **Ferro's Bar**, um bar já extinto no centro de São Paulo, lançaram um manifesto pelos direitos das lésbicas, conhecido como o Levante do Ferro's Bar. Dias antes, o dono do lugar havia chamado a polícia e proibido as mulheres de vender ali uma publicação chamada "ChanacomChana", considerada um atentado aos bons costumes.

Uma década que havia começado com o entusiasmo e a efervescência de uma geração ávida pelos seus direitos, terminava estigmatizada pelo aumento do número de casos de Aids e o crescimento do preconceito contra homossexuais. É somente na segunda metade dos anos 1990 que o movimento LGBT brasileiro começa a tomar corpo. A própria **Parada do Orgulho LGBT de São Paulo surge apenas em 1997**, levando cerca de 2 mil pessoas pela Avenida Paulista, após um ensaio um ano antes, durante uma pequena manifestação na Praça Roosevelt, no centro. Em 1996, o Rio de Janeiro realizava a sua primeira caminhada. Assim como as demais marchas, a

Parada de São Paulo é inspirada na coragem daquelas pessoas que se revoltaram contra a ordem ideológica, econômica, política e legal imposta por uma sociedade e um Estado de uma época. Como repetia a travesti negra Marsha P. Johnson, considerada a pessoa que arremessou a primeira pedra contra a fachada do Stonewall, dando início à revolta, **"não há orgulho para alguns, sem a libertação de todos nós"** (no pride for some of us without the liberation for all of us).

Orgulho é, portanto, algo que devemos exercitar para que todas e todos sejam livres do preconceito, da perseguição e das restrições impostas. Por isso, é preciso ter orgulho da nossa história de luta e conquistas. Ainda há muitos avanços por quais lutar, mas é necessário comemorarmos nossas vitórias. A disponibilização do tratamento de HIV/Aids no SUS, em 1996 e ampliado em 2013, é uma delas; assim como foram a união estável homoafetiva, em 2011; a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a favor do casamento civil homoafetivo, em 2013; a adoção de criança por casal do mesmo sexo, em 2015; o uso do nome social na educação básica reconhecida pelo Ministério da Educação, em 2017; a resolução que definiu o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares; a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) garantindo o direito à inclusão do nome social no cadastro de eleitores; a retificação de nome e gênero na certidão de nascimento no cartório, sem a necessidade de advogado nem apresentação de qualquer laudo ou aval de juizes ou promotores de justiça. Essas últimas, todas em 2018.

Para reforçar o nosso compromisso com a luta por mais respeito, aceitação, tolerância e direitos, a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOLGBT-SP) resgata nossa história e convida todas as pessoas e movimentos que compartilham dos mesmos valores para celebrar a 23ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, no dia 23 de junho de 2019, com ritmo de alegria, desconstrução e muita lacração, o tema "50 anos de Stonewall: nossas conquistas, nosso orgulho de ser LGBT+". **Esse tema reforça a ideia de que pessoas LGBT+ possuem representação social, política, cultural e jamais se renderão ao autoritarismo, ao conservadorismo, nem às ameaças de retrocessos de conquistas, arduamente alcançadas nesses 40 anos** de história do movimento LGBT no Brasil e 50 anos pelo mundo. Sim, isso é um grande motivo de orgulho!

No lugar de Saúde e Educação, apologia à morte

Segurança, saúde e educação são áreas sensíveis para a população brasileira, há muito tempo. Mas agora o País assiste a um fato inédito que é a destruição de avanços duramente conquistados em áreas essenciais.

O recém-divulgado Atlas da Violência 2019 revela a dimensão do equívoco que foi a assinatura de decreto que flexibiliza o porte de armas no dia 15 de janeiro. O Brasil já contabiliza o dobro de homicídios registrados no Iraque e outros países afetados por guerras civis e a população LGBT, ao lado de negros e mulheres, têm mais chances de entrar nesta alarmante estatística. Em 2017, último ano apurado pelo estudo, o Brasil registrou inacreditáveis 65.602 homicídios.

“Se a gente somar as ações e as atitudes governamentais do começo do ano para cá, eu percebo que há uma política de ódio. Criou-se um ódio na população, um ódio ao LGBT, um ódio à esquerda. Além disso, o porte de armas só faz aumentar a resolução dos conflitos por meio da violência”, analisa o sociólogo da Unesp, Angelo Del Vecchio.

Jean Wyllys

O ódio ao qual o sociólogo se refere levou o primeiro parlamentar assumidamente homossexual a exilar-se do País e desistir do novo man-

dato, conquistado nas urnas, já nas primeiras semanas do governo Bolsonaro.

Depois de sucessivas ameaças de morte, o deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ) deixou o Brasil, onde já vivia sob escolta policial desde o assassinato da vereadora Marielle Franco, em março de 2018. O parlamentar disse que desde que Jair Bolsonaro foi eleito, o nível de violência contra ele e as minorias aumentou.

HIV/Aids

A ‘política de morte’ adotada pelo governo atingiu o Departamento de IST, Aids e Hepatites Virais, vinculado ao Ministério da Saúde. Também através de um decreto, assinado em 17 de maio de 2019, Jair Bolsonaro excluiu a palavra Aids do Departamento e agregou patologias, como verminoses, a infecções virais e bacterianas, como HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis.

O Departamento afetado pelo desmonte presidencial começou a ser criado, em 1986, para conter o avanço da doença. Desde 1996, disponibiliza tratamento gratuito, através do Sistema Único de Saúde, para pessoas vivendo com HIV.

A compra de medicamentos retrovirais, utilizados no tratamento de portadores do vírus, é uma das áreas impactadas pela mudança. A

saúde pública já sofre os efeitos da Emenda Constitucional 95, que estabeleceu congelamento de verbas do setor.

Para a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, a Abia, os equívocos cometidos vão desde a mudança do nome do departamento até a mistura de patologias e segmentos populacionais diretamente afetados.

“É flagrante que essa alteração no nome do Departamento tem como objetivo ocultar o HIV/AIDS, terminologia que desde os anos 1980 é sinônimo de participação cidadã, de luta contra as desigualdades e proteção de direitos humanos”, denunciou a Abia em nota, que faz referência à luta diária de pessoas que convivem com o vírus, como a população LGBT, negros, mulheres, trans, jovens e usuários de álcool e outras drogas.

Fake news

Os problemas crônicos da Educação brasileira também foram agravados pelo governo de extrema-direita, que elegeu os professores como alvos do seu retrocesso. A campanha de Jair Bolsonaro à Presidência da República foi marcada por fake news envolvendo a Educação, como os inexistentes ‘kit gay’ e mamadeira fállica, supostamente distribuída para crianças em creches paulistas.

Vamos ocupar as ruas!

A APEOESP estará na Avenida Paulista, no dia 23 de junho, na 23ª Parada do Orgulho LGBT, que em 2019 celebra os 50 anos de Stonewall. A Revolta, que começou na noite de 28 de junho de 1969, deu origem ao Dia Internacional do Orgulho LGBT. Conheça esta história na sugestão de aula, da página 3.



As medidas adotadas pelo governo eleito revelam que as fake news foram um crime premeditado, não apenas para estigmatizar a questão LGBT, mas também para golpear a Educação.

Já no dia 02 de janeiro, o governo anunciou o fechamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que teve atuação relevante nas gestões de Lula e Dilma Rousseff. A Secretaria assegurava o atendimento de questões relacionadas à garantia do direito à educação, entre elas, o enfrentamento do racismo, da LGBTfobia e a construção de políticas voltadas para comunidades quilombolas, indígenas e do campo, além daquelas voltadas para pessoas encarceradas e para adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Pablo e Luiz na luta contra a homofobia

“São milhares de adolescentes que assim como eu sofreram este tipo de agressão. Está na hora de transformar o preconceito em respeito. De aceitar as pessoas como elas são e querem ser. De olhar na cara da homofobia e dizer: Eu sou assim, e daí?” - Pablo Vittar, no clipe “Indestrutível”



Na abertura do clipe Indestrutível, de Pablo Vittar, que já superou 19 milhões de visualizações no YouTube, uma informação assustadora: 73% dos jovens LGBTQ+ no Brasil são vítimas de bullying e violência nas escolas.

A famosa drag queen esteve nesta estatística,

mas tornou-se uma exceção: aos 25 anos, o menino que apanhou, sem que ninguém o defendesse, logo no primeiro dia da 5ª série, é um fenômeno pop e tornou-se porta voz dos jovens trans e homossexuais em geral, discriminados e agredidos por sua condição. Mas, o sucesso não brindou a artista, que é alvo de haters e ameaças de morte.

Pablo hoje fala em nome de pessoas muito jovens como Luiz M., que tem apenas 14 anos, mas já enfrentou situações mais chocantes do

que as retratadas no clipe. O garoto trans é vítima de homofobia nas escolas de Campos de Jordão, desde os 6 anos de idade.

“Entendemos que ele era menino, e não menina como parecia inicialmente, aos 4 anos de idade”, conta a mãe, a corretora de imóveis Silvana da Rosa Ribeiro, que já precisou recorrer a boletins de ocorrências e ações judiciais para garantir o direito do filho à Educação.

Incompreensão

Desde que foi matriculado na escola, aos 6 anos, Luiz já enfrentou incompreensão e agressões de pais dos seus colegas, professores e diretores de escola.

“O preconceito das pessoas é muito maior do que a capacidade de entendimento. Uma diretora chegou a me dizer que, se meu filho quisesse mudar o jeito, até poderia continuar na escola”, lamenta Silvana que, abismada, procurou a Promotora para garantir que Luiz termine a 8ª série, na Escola Municipal Educador Anísio

Teixeira, localizada no bairro de Abernêsia, em Campos de Jordão.

Vítima de tanto preconceito apenas por ser mãe de um trans, Silvana defende ‘um outro olhar’. Assim como Luiz M., Pablo vive constantemente sob ataques. Em agosto de 2017, a drag queen mais famosa do Brasil teve seu canal no YouTube invadido por hackers. Premonitoriamente, um dos seus clipes foi retirado do ar e substituído por uma foto do até então inexpressivo deputado federal Jair Bolsonaro.

Agora, pronta para desfilar nas principais Paradas Gays dos Estados Unidos e Canadá, a drag assume o ato político. “O meu protesto é estar no palco sendo drag, resistindo, sendo afeminada no País que mais mata LGBTs no mundo”, disse à BBC em resposta à declaração de Bolsonaro, que afirmou, no último mês de abril, que “quem quiser vir ‘no Brasil’ fazer sexo com mulher, fique à vontade. Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay”.

Dica cultural:



Premiados, os filmes que contam a vida de Freddie Mercury e Elton John não revelam apenas as trajetórias de dois ícones do show business, mas também vidas que foram salvas do desprezo e da indiferença, pelo talento e obstinação.

“Bohemian Rhapsody” conta os percalços que o menino tímido, bissexual e filho de indianos enfrentou até tornar-se o vocalista do Queen. Já “Rocketman”, cinebiografia do cantor britânico Elton John, é também a história de um homem que sempre lutou pela diversidade sexual e contra a homofobia.

A dor e o sofrimento foram constantes para os dois astros. Elton John, por exemplo, só conseguiu livrar-se das drogas, nos anos 1990, quando a Aids atingiu o amigo Freddie Mercury, em comovente episódio retratado na cinebiografia do líder do Queen. Mas, “Bohemian” e “Rocketman” são filmes de redenção, onde as músicas, a dança, as luzes e os figurinos espetaculares ensinam que as pessoas podem sim, ser felizes.

Na Assembleia, projetos de lei para garantir cidadania e inclusão

Projeto de lei quer gratuidade para trans mudarem nome em cartórios paulistas

Outra proposta, apresentada pela bancada do PT na Assembleia Legislativa, que amplia a divulgação em espaços públicos da legislação que combate a LGBTfobia

Publicado por Redação RBA | 07/06/2019 12:53

Compartilhar:  



e gênero na certidão de nascimento de pessoas transexuais, travestis e intersexo, prevista no PL 743, é importante, principalmente, para inserção no mercado de trabalho e também na vida escolar e acadêmica.

São frequentes os relatos de constrangimentos enfrentados por pessoas trans em relação aos nomes que constam nos registros civis. Trata-se de uma população vulnerável, que não tem direito sequer a ser chamada

pelo próprio nome em situações banais, como consultas médicas e atendimento cadastral.

Em maio de 2017, o Supremo Tribunal de Justiça decidiu pelo direito do transexual de alterar o nome em seu registro civil, mesmo

sem cirurgia. No entanto, na prática ainda há o obstáculo do pagamento de taxas.

“A adoção do nome social como expressão de identidade e de dignidade humana é um direito constitucional, reconhecido pelo STF em mais de uma oportunidade”, justificou a parlamentar na apresentação do projeto à Assembleia Legislativa de São Paulo.

A deputada apresentou ainda um projeto de lei que prevê que os valores obtidos com as multas previstas na Lei 10.948/2001 sejam aplicados em políticas públicas destinadas ao combate da discriminação, em razão de orientação sexual.

A lei do então deputado Renato Simões (PT/SP) foi um marco no combate à homofobia. Em 2001, não havia sequer o Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Por isso, o PL 475/2019, da Deputada Professora Bebel, propõe que o Conselho, criado em 2010, delibere sobre as áreas que deverão receber o dinheiro arrecadado com multas decorrentes da prática de homofobia.

expediente



Dirigentes responsáveis

Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP

Fábio Santos de Moraes
Vice-Presidente

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Stenio Matheus de M. Lima
Secretário de Comunicações Adjunto

Rita de Cássia Cardoso
Secretária de Políticas Sociais

Richard Araújo
Secretário Adjunto de Políticas Sociais

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes

Roberto Guido
Stenio Matheus de M. Lima

Leandro Alves Oliveira
Sílvia de Souza

Rita de Cássia Cardoso
Richard Araújo

Fláudio Azevedo Limas
Miguel Noel Meirelles

Francisco de Assis Ferreira
Paula Cristina Oliveira Penha

Texto e Edição:
Ana Maria Lopes - Mtb 23.362

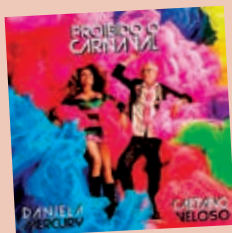
Produção:
Secretaria de Comunicações da APEOESP

Tiragem: 15 mil exemplares

Arte e cultura são antidotos para crise

Em resposta aos tempos obscuros, a arte e a cultura são referência e inspiração para a resistência. O Boletim da APEOESP destaca algumas dicas imperdíveis neste Mês do Orgulho LGBT.

Música



Lançado no último mês de fevereiro, o clipe “Proibido o Carnaval” reúne Daniela Mercury e Caetano Veloso, em uma crítica a uma das polêmicas criadas pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, sobre o mais ultrapassado estereótipo de gênero: “menino veste azul e menina veste rosa”. No clipe, dedicado ao ex-deputado Jean Wyllys, Caetano aparece iluminado de rosa, enquanto tons azulados iluminam Daniela.

Exposição



Inspirado na obra do premiado escritor João Silvério Trevisan, o Museu da Diversidade Sexual acaba de inaugurar a exposição “Devassos no Paraíso: o Brasil mostra sua cara”. Através de charges e ilustrações de Laerte e Paulo Von Poser, o Museu, localizado no Metrô República, retrata a trajetória da construção das sexualidades e expressões de gênero no Brasil, com destaque para algumas figuras icônicas como Carmen Miranda, Madame Satã e Daniela Mercury.

Livro



“Hasteemos a bandeira colorida - Diversidade sexual e de gênero no Brasil”, da Editora Expressão Popular, reúne 19 artigos sobre liberdade sexual, patriarcado e questões de gênero. O livro foi escrito por pesquisadores e ativistas dos movimentos sociais e LGBT.

Publicidade



Em abril, Bolsonaro mandou retirar do ar a campanha publicitária de um banco, com atores que representavam a diversidade racial e sexual do Brasil. A resposta veio no mês seguinte: a caminhoneira trans Afrodite Almeida Araújo é a estrela de uma campanha pró-diversidade de uma rede de distribuidores de combustíveis. A paranaense Afrodite tem 70 anos, foi militar, pastor e tem uma filha e uma neta.

Multimídia



Dedicado a debater a diversidade sexual, o podcast ‘Todas as Letras’ estreou no dia 10 de junho com um episódio sobre as pessoas trans. A publicação multimídia lançada pela Folha de S. Paulo é quinzenal e aborda temas ligados ao universo LGBTQI+, com o objetivo de apresentar as principais questões e demandas destas letras da sigla que identifica lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersexo e outros mais. Coordenado pelo premiado jornalista Renan Sukevicius, ‘Todas as Letras’ está disponível no site da Folha e em todas as plataformas que utilizam podcast, como Spotify.